

# FMI, Bird e BID financiam títulos

**Odail Figueiredo e  
Gilberto Menezes Cortes**

BRASÍLIA — O governo brasileiro pretende utilizar financiamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para adquirir os títulos do Tesouro americano que irão servir de garantia para o rescalonamento da dívida de US\$ 52,5 bilhões com os bancos privados. Por isso, a negociação com os bancos, iniciada esta semana em Nova Iorque, correrá paralelamente às discussões com o FMI em torno de um programa econômico que poderá proporcionar ao país um crédito de US\$ 2 bilhões daquele organismo. Na primeira semana de setembro, uma missão brasileira irá a Washington para retomar as negociações com o Fundo, suspensas desde julho, informou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

A proposta apresentada aos credores pelo negociador da dívida, Pedro Malan,

prevê a troca da dívida atual por cinco tipos diferentes de bônus, com prazo de até 30 anos para pagamento. Dois deles prevêem a redução da dívida, seja por um desconto de até 40% do seu valor, seja por meio da fixação de juros muito baixos, inferiores à *libor*, a taxa de mercado da praça de Londres. É para estes títulos que o governo oferecerá as garantias. "Ao contrário do que fez o México, nós não oferecemos garantias para todos os papéis, nem para o pagamento de juros. Só o valor do principal dos bônus de redução da dívida terão esse aval", explicou Marcílio. Segundo o ministro, o acordo proposto aos bancos poderá proporcionar uma redução de cerca de US\$ 3,5 bilhões anuais nos pagamentos da dívida externa, o equivalente a 1% do PIB.

O oferecimento de garantias não significa que o governo terá de desembolsar uma quantia equivalente ao valor da dívida externa que os bancos quiserem converter em bônus de redução da dívida. Como os títulos do Tesouro americano só pagam rendimentos no final do

prazo, que também chega a 30 anos, eles podem ser comprados por 15% ou 16% de seu valor de face. Desse modo, na hipótese de os bancos converterem US\$ 10 bilhões nos novos bônus de redução, o custo das garantias será de US\$ 1,5 bilhão, aproximadamente, disse o ministro.

Marcílio irá na próxima semana ao Japão para realizar contatos com o governo daquele país e tentar obter apoio à renegociação da dívida. O ministro está otimista com a boa receptividade dos bancos à proposta do governo e acredita que até o final do ano poderá ter concluído os acordos com os credores e com o FMI. O acordo com o Fundo prevê duas etapas: na primeira, de 18 meses, as principais metas de desempenho econômico seriam fixadas para 92. Numa segunda fase, o prazo do acordo é de 3 anos, transformado num *extended fund facility*, pelo qual os recursos a serem liberados pelo FMI aumentariam para até US\$ 5 bilhões. Nessa fase, o governo poderia pleitear também os financiamentos do governo japonês do chamado Fundo Nakasone.